
SERÁ QUE A GEOGRAFIA É INCLUSIVA? REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS FUNDAMENTAIS PARA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

IS GEOGRAPHY INCLUSIVE? FUNDAMENTAL THEORETICAL-METHODOLOGICAL REFLECTIONS FOR CONTEMPORARY EDUCATION

ES INCLUSIVA LA GEOGRAFÍA? REFLEXIONES TEÓRICO-METODOLÓGICAS FUNDAMENTALES PARA LA EDUCACIÓN CONTEMPORÂNEA

Vanessa Manfio¹ <https://orcid.org/0000-0002-0405-5389>

¹ Graduada em Geografia - Licenciatura Plena e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. E-mail: yamanfio@hotmail.com

RESUMO

A inclusão na educação é uma palavra que vem sendo proferida na contemporaneidade em meio à necessidade de ajustar medidas de inserção de alunos de diferentes habilidades e necessidades especiais nas salas de aula do ensino regular. A inclusão educacional veio para ficar e trás com ela uma oportunidade da escola melhorar os seus trabalhos para atender aqueles alunos com Necessidades Educacionais Especiais e formar sujeitos cidadãos que consigam lidar com o outro. A Geografia entra nesta dança educacional, permitindo que se oriente o aluno para vida, para a relação social e para o enfrentamento de questões de cidadania, através de múltiplos recursos didáticos. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo central discutir a educação inclusiva e as contribuições do ensino de Geografia, procurando fomentar o debate acerca desta temática tão importante na educação. Para tal, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a partir de uma revisão teórica sobre o tema. Espera-se, contudo, fortalecer as abordagens inclusivas, pensando numa escola para todos.

Palavras-chave: Escola Inclusiva. Educação. Geografia.

ABSTRACT

Inclusion in education is a word that has been spoken nowadays amid the need to adjust measures for the inclusion of students with different abilities and special needs in regular education classrooms. Educational inclusion has come to stay and brings with it an opportunity for the school to improve its work to meet those students with Special Educational Needs and to form citizen subjects who can deal with each other. Geography enters into this educational dance, allowing the student to be guided towards life, towards social relationships and towards dealing with issues of citizenship, through multiple didactic resources. Thus, this work has as its central objective to discuss the inclusive education and the contributions of the teaching of Geography, seeking to foment the debate about this theme so important in education. To this end, bibliographical research was used, based on a theoretical



review on the subject. It is hoped, however, to strengthen inclusive approaches, thinking of a school for all.

Keywords: Inclusive school. Education. Geography.

RESUMEN

La inclusión en la educación es una palabra que se ha hablado hoy en día en medio de la necesidad de ajustar las medidas para la inclusión de estudiantes con diferentes capacidades y necesidades especiales en las aulas de educación regular. La inclusión educativa ha llegado para quedarse y trae consigo una oportunidad para que la escuela mejore su trabajo para atender a aquellos estudiantes con Necesidades Educativas Especiales y formar sujetos ciudadanos que se puedan tratar unos con otros. La geografía entra en esta danza educativa, permitiendo que el alumno se oriente hacia la vida, las relaciones sociales y el enfrentamiento de la ciudadanía, a través de múltiples recursos didácticos. Así, este trabajo tiene como objetivo central discutir la educación inclusiva y los aportes de la enseñanza de la Geografía, buscando fomentar el debate sobre este tema tan importante en la educación. Para ello, se utilizó la investigación bibliográfica, basada en una revisión teórica sobre el tema. Se espera, sin embargo, fortalecer los enfoques inclusivos, pensando en una escuela para todos.

Palabras clave: Escuela inclusiva. Educación. Geografía.

INTRODUÇÃO

Pensar a educação é um caminho extremamente complexo que requer um aprofundamento do olhar sobre muitos aspectos educativos e pedagógicos, principalmente no campo da educação inclusiva onde se faz necessário estimular a escola para promover a interação social. Uma escola que vença obstáculos e construa uma formação concreta da educação em diferentes níveis e segmentos. Essa busca é constante e os educadores precisam estar sempre em discussão para aprofundar estes pormenores e melhorar a educação. A Geografia deve ser uma disciplina inclusiva, e os profissionais desta área devem saber atuar para operacionalizar esta inclusão, pois esta ciência agrega o trabalho com a realidade, o cotidiano e o espaço, sendo vista pelas relações entre os seres humanos. Trazer uma bagagem intuitiva da percepção de mundo e sociedade é fundamental para tecer novas habilidades, aprendizagens e formas de convívio.

Nesse sentido, o presente trabalho buscou discutir sobre a educação inclusiva e o ensino de geografia, especialmente sobre uma disciplina que valorize todos os alunos, com suas múltiplas necessidades educacionais. Sabe-se que há pouca literatura da Geografia nesta linha de contribuição, isto demonstra a dificuldade de abordar e trabalhar em sala de aula de forma a construir uma disciplina e uma escola inclusiva. Por outro lado, existe uma crescente preocupação de educadores e pesquisadores, neste contexto, sinalizando um aumento de

trabalhos, nas últimas décadas, apresentados em eventos e publicados em outras formas de divulgação. Dessa maneira, espera-se que o trabalho venha fortalecer o debate, trazendo velhas e novas abordagens, isto é, dialogando entre a educação e geografia tradicional e contemporânea. A expectativa é contribuir com o debate da Geografia nesta área, já que as contribuições são tímidas e também pouco debatidas nas áreas acadêmicas e nos artigos científicos.

Para o trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica, buscando contribuições de autores já reconhecidos e que exploram esta temática na área da educação e da Geografia, a fim de proporcionar um embasamento teórico para o trabalho aqui apresentado. Segundo Gil, (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Assim, a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos, dos quais não poderiam ser atingidos se a pesquisa fosse direta, *in loco* (GIL, 2002).

Entre os principais autores utilizados estão: Andrade (2016), Callai (2009), Castaman (2006), Duboc, (2012), Kaercher (2002), Lippe (2010), Mantoan, (2003), Mendes (2014) Vesentini (1994), entre outros. Estes autores foram escolhidos pela sua expressiva contribuição na temática da educação e geografia inclusiva. Destarte, o artigo encontra-se estruturado em três seções: a primeira que discute a educação inclusiva, a segunda que direciona a abordagem para a Geografia na análise da inclusão e, por fim, as considerações.

A INCLUSÃO DOS ALUNOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A inclusão na educação é um assunto que demanda muitas discussões. No passado, até a década de 1990, os alunos com necessidades educacionais especiais não tinham as oportunidades de acompanhar uma turma regular, eles eram segregados em escolas especiais ou em casa. Porque os profissionais não estavam preparados para lidar com múltiplas formas de ensinar e também pela segregação que a sociedade promovia aos indivíduos com necessidade especiais, como as pessoas com deficiência auditiva, motora, visual ou outra. Uma realidade que vem sendo transformada por meio de diversas políticas públicas (como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 e Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica) e leituras, bem como pela inserção dos alunos em escolas regulares. Conforme Lippe (2010), “Nos debates atuais sobre inclusão, o ensino escolar brasileiro tem diante de si o desafio de

encontrar soluções que respondam à questão do acesso e da permanência dos alunos nas instituições educacionais”. Sendo assim, tão importante quanto fornecer espaço dentro da sala de aula para os alunos com necessidades especiais, é dar condições para a sua aprendizagem efetiva.

A educação é portadora de significados, transmite valores e conhecimentos, instiga o pensamento e a equidade social, entretanto, a equidade deve ser uma construção e não uma imposição, atendendo os limites e os desafios da aprendizagem. A educação é uma atividade mediadora na prática social, podendo ter características peculiares de aprendizagem de cada aluno (SAVIANI, 1985). Então, segundo Alves (2006, p. 09),

A educação inclusiva, a partir do reconhecimento e valorização da diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional, tem provocado mudanças na escola e na formação professor, propondo uma reestruturação da educação que beneficie todos os alunos.

É importante destacar que a inclusão é um processo de acolhimento e respeito. Para Pinheiro (2011), a inclusão social é uma ação que combate a exclusão, ligada a pessoas de classe social menos favorecida, nível educacional baixo, com deficiência física ou mental, idosos ou minorias raciais, entre outras, que não têm as mesmas oportunidades que os indivíduos brancos, jovens e sem necessidades especiais. Desse modo, ensinar de forma inclusiva é dar as mesmas oportunidades a todos os alunos. Campbell (2009, p. 140-141) também ressalta que,

A educação inclusiva atenta à diversidade inerente à espécie humana, busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os alunos em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino de forma que promovam a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos.

Uma escola inclusiva deve garantir o acesso e a permanência do aluno com necessidades especiais no ensino regular, respeitando e encorajando os educandos ao aprendizado (CORREIA, 2005, apud REBOCHO; SARAGOÇA; CANDEIAS, 2009). É aquela escola que possui acessibilidade, infraestrutura, projetos educacionais, profissionais capacitados e o comprometimento de toda equipe escolar e dos alunos em valorizar e relacionar-se com os indivíduos com necessidades especiais.

Neste sentido, uma sala de aula inclusiva deve se embasar na premissa de que todas as crianças e adolescentes são capazes de aprender e fazer parte da vida escolar e comunitária, mesmo com suas limitações (LIPPE, 2010). Portanto, a educação deve priorizar o aprendizado dos alunos em qualquer ambiente escolar, seja ele formal ou informal, isto é, na escola ou em

ambientes exteriores, como parques, museus, bibliotecas. Como menciona Castaman (2006), o espaço escolar deve propiciar a inserção de todos os alunos, seja em ambiente público ou privado, de modo acolhedor, com respeito, afetividade e ofertar qualidade de ensino, independente da necessidade educacional especial.

A inclusão precisa ser uma forma natural, onde as escolas possam espalhar sua ação formadora por todos os que dela participam (MANTOAN, 2003). A escola inclusiva não pode ser um projeto imposto, mas natural de visão escolar, com um currículo escolar voltado para tal e não realizado por ações pontuais desconectadas e que mascare a verdadeira educação inclusiva. Uma educação que agregue e transforme, não apenas no caráter intelectual, mas no âmbito cidadão. Portanto, precisa de investimento nesta perspectiva, já que a educação inclusiva se faz por meio de aprendizagem, espaços e relações de inclusão.

A inclusão apresenta muitos desafios, entre eles: uma infraestrutura adequada das escolas, uma metodologia escolar inclusiva, o preparo e a formação do docente, a construção curricular das escolas e os vínculos entre docente-aluno-mediador. Por exemplo, a educação com alunos surdos demanda de uma intérprete de libras, e diante disso, é preciso acontecer uma relação muito bem construída em função da mediação do professor e do intérprete para que este relacionamento se estenda até os alunos especiais. Sabe-se que a maioria dos professores não domina a língua dos sinais e o ensino carece da cooperação entre os alunos, colegas e professores.

Então, promover o ensino–aprendizado com os alunos especiais e regulares é importante e necessita se valer de atividades lúdicas, que permitam as trocas entre os alunos. Inclusão não é simplesmente colocar o aluno dentro da sala de aula em escolas regulares, mas fortalecer o convívio entre os sujeitos, para que a partilha de saberes estabeleça uma construção do ensino. Os alunos com limitação motora, física ou visual também necessitam de atenção da equipe escolar e, muitas vezes, uma participação mais próxima da família na escola.

Por outro lado, o trabalho com os alunos especiais necessita ser realizado com prazer e responsabilidade, ou seja, o profissional deve se sentir à vontade não só em relação ao conteúdo pedagógico a ser ensinado, mas ao público da sala de aula, tecer relações com os seus alunos (LIPPE, 2010). O professor não pode estar constrangido em ensinar para alunos especiais, tão pouco desmerecer o potencial destes alunos. Com isto, a inclusão em sala de aula requer uma transformação completa da escola. Para Figueiredo (2002, p. 68),

[...] efetivar a inclusão é preciso [...] transformar a escola, começando por desconstruir práticas segregacionistas. [...] a inclusão significa um avanço educacional com importantes repercussões políticas e sociais visto que não se trata de adequar, mas de transformar a realidade das práticas educacionais.

Para superar os desafios da educação inclusiva, Lippe (2010) lança uma alternativa possível na tentativa de incluir o aluno deficiente em sala de aula regular; professor por meio de projetos em pequenos grupos auxiliará a sistematização do conhecimento, analisando o desempenho do aluno em atividades grupais e individuais, articulando teoria e prática. Trabalhar com projetos extraclasses pode ser uma maneira de contribuir para uma aprendizagem coerente da educação inclusiva, possibilitando encontros e desencontros dentro da educação. Dessa forma, além de aulas práticas e lúdicas, os projetos também são essenciais na formação de sujeitos pensantes e da minimização das dificuldades escolares. Assim, para Camargo (2000) existem mais possibilidades do que dificuldades na inclusão de alunos com necessidades especiais na educação regular.

GEOGRAFIA ESCOLAR E A INCLUSÃO

Assim como a educação, a Geografia também se processa na vertente da inclusão, desenvolvendo o aluno para o entendimento que o outro é diferente, mas tem seu papel no espaço. Conforme Kaercher (2002, p. 224-225),

[...] um dos maiores objetivos da Escola e também da Geografia seria a formação de valores, o combate às desigualdades e as injustiças sociais (...), mas a geografia deve assumir o seu papel nesse processo, qual seja, a construção de uma consciência espacial para a prática cidadania, consciência espacial como sinônimo de perceber o espaço como um elemento importante da nossa organização social.

Ademais, “Ler e escrever em Geografia é ler o mundo de maneira que o aluno saiba situar-se (e não só localizar-se e descrever) e posicionar-se. Que assuma um posicionamento crítico com relação às desigualdades socioespaciais” (KAERCHER, 2004, p. 85).

Nesse sentido, a escola e o ensino de Geografia precisam trabalhar para uma educação plural, inclusiva que não apenas crie possibilidade de ensino a diferentes alunos, mas que os integre, onde conjuntamente os educandos possam se desenvolver intelectualmente e socialmente. Sobre a Geografia, Vesentini (1994, p. 21) coloca que, “[...] fazer da Geografia escolar aquilo que todos almejam: uma contribuição efetiva e indispensável para a criação de cidadãos plenos [...]”, é proporcionar a inclusão e a construção de um mundo melhor a partir da vivência e interação social e ambiental.

Esta educação plural e inclusiva vem sendo cada vez mais discutida nas academias, no seio da Geografia e por meio de políticas públicas. Logo, a educação inclusiva passa a compor a pauta das discussões políticas educacionais, nas últimas décadas, contrariando a exclusão de alunos especiais que antes eram segregados ao isolamento ou a escolas especiais. A educação inclusiva é tratada desde a Constituição da República Federativa (1988), avançando nas normativas jurídicas e leis, a partir de 1990. Segundo Duboc (2012, p. 472), “A partir dos meados dos anos 1990, as expressões inclusão, educação inclusiva, escola inclusiva, inclusão escolar passam ser a tônica das políticas educacionais”. Logo, Leis e diretrizes como: o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), Diretrizes Nacional de Base e a Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2008) fazem um repensar do ensino de forma a possibilitar maior inclusão, especialmente de alunos com necessidades educacionais, sensoriais e psicomotora, buscando uma integração entre os sujeitos da classe escolar. Desde cedo, criança, é importante conviver com as diferenças para formar cidadãos sensíveis e empáticos, que saibam viver e conviver em comunidade.

Diante disso, várias estratégias foram criadas: projetos, leis, ações e programas especiais, cursos de formação de profissionais e reestruturação dos espaços escolares (DUBOC, 2012). Os programas brasileiros de licenciatura, nos últimos anos, têm inserido disciplinas de libras e de pedagogia da inclusão para capacitação de futuros professores. Com isto, a educação inclusiva está se tornando presente no ambiente acadêmico e pedagógico, assim como na sociedade e em todo mundo (SANTOS; NUNES, 2011). Estas mudanças são importantes, pois concretizam a inserção de alunos especiais nas escolas do país, possibilitando uma integração entre diferentes discentes e uma reestruturação educacional que caminha para um novo olhar sobre o ensino.

No entanto, é essencial que a educação inclusiva atinja novos patamares com pesquisas e a inserção definitiva dos alunos especiais, não apenas uma inclusão paulatina, precária de faz de conta, com poucas condições de atendimento aos alunos. No Brasil, há uma precária literatura que trabalhe com esta temática, especialmente no âmbito da Geografia. Para Ribeiro e Machado (2016, p. 154), “Poucos são os trabalhos de Geografia que se dedicam a debater a inclusão de pessoas com necessidades especiais. Quando isso ocorre, o tema é tratado de maneira instrumentalizada, abordando apenas algumas práticas ou atividades possíveis de se realizarem em sala de aula”.

A discussão desta temática deve ir muito além, romper com os paradigmas clássicos e com as dificuldades escolares, a partir de uma cooperação entre pesquisadores, educadores e

sociedade. De acordo com Ribeiro e Machado (2016), é necessário haver um movimento envolvendo escola, universidade, formação de professores e sociedade, incluindo a abordagem dos conceitos importantes da Geografia que necessitam ser idealizados e repensados para atender também os indivíduos com necessidades especiais. Pensar a inclusão escolar tem sido foco de discussão crescente realizada por pesquisadores geográficos e que colaboraram para formulações de leis e materiais. É um assunto pluricultural que abrange várias áreas do conhecimento, entre elas pedagogia, psicologia e Geografia.

É importante ter cuidado com o discurso de educação inclusiva, pois não é somente pregar o respeito, tolerância e a inserção dentro da sala de aula (MANTOAN, 2010). As propostas educacionais precisam estar articuladas em estratégias interdisciplinares e com dimensões étnicas. Não basta apenas tolerar o outro, mas sim valorizá-lo na sua capacidade, reconhecendo os sentimentos e saberes, respeitando as suas limitações. Os alunos com necessidades precisam ser livres para produzir e compartilhar seus conhecimentos e opiniões, participando de atividades em grupos e sendo tratados como alunos, não como “especiais” (MANTOAN, 2010).

Então no campo da Geografia, o ensino possibilita o conhecimento e o olhar diferenciado sobre o mundo, uma leitura mais ampla e crítica que envolve modos de vida, sujeitos, natureza, espaços sociais (CALLAI, 2009). Nessa lógica, os alunos com necessidades especiais, em muitos casos apresentam uma percepção geográfica do mundo diferente, mas não deixam de ter essa percepção, fazendo leituras do mundo a sua maneira (MENDES, 2014). Logo, o papel do ensino de Geografia é proporcionar ao educando aprendizado e interação com o espaço geográfico, que pode ser representado em diferentes linguagens: escrita, artística, oral, gráfica, cartográfica, entre outras (ALMEIDA; PASSINI, 2002).

Todos os professores, inclusive os de Geografia, precisam propor uma organização pedagógica que contenha diversas atividades, valorizando as diferenças, sem discriminar os estudantes, nem segregá-los (PICCOLO; MENDES, 2013). Logo, “É nesta perspectiva que o ensino da Geografia deve contribuir para uma escola voltada para novas práticas educativas onde a sociedade, de maneira geral, ainda não inclusiva, possa tornar-se, uma sociedade inclusiva” (MENESES, 2014, p. 5). Para tanto, o ensino de Geografia deve atuar na formulação de práticas pedagógicas que permitam os alunos, com sua apreensão, a apreenderem a se relacionarem com o outro.

Neste sentido, os recursos didáticos são importantes para permitir essa compreensão e conhecimento sobre as coisas e o mundo. Mas, não são os únicos, pois a didática precisam

estar em consonância com os recursos pedagógicos para promover o ensino. Nas aulas, a utilização de recursos didáticos diferentes que envolvam sentidos múltiplos, como: tato, audição, visão, paladar, entre outras habilidades favorece o aprendizado. A Geografia possui um arsenal de meios para essa aprendizagem. Neste caso, Mendes (2014) afirma que desenvolver habilidades criativas e dinâmicas, como a produção de globo terrestre tátil para alunos com deficiência visual são mecanismos importantes dentro da Geografia escolar. Logo, “a oferta de materiais variados, como mapas, maquetes, imagens, textos e outros, que podem ser visuais, táteis, sonoros, mostram-se como condição indispensável no processo de ensino e aprendizagem, em especial de alunos com deficiência nas aulas de Geografia” (ROCCO, p.128).

No que diz respeito à cartografia tátil, as formas de representação do espaço e dos fenômenos, podemos destacar que a construção de vulcões, relevos, maquetes de representações diversas são importantes para que os alunos apreendam a Geografia de forma mais inclusiva, pois permite a percepção de todos os alunos.

Na Geografia, os documentos cartográficos táteis auxiliam de maneira eficaz para que alunos com dificuldade visual formem esquemas espaciais de um ambiente, fornecendo informações sobre localizações, características e relações dos objetos por meio da exploração do tato, respeitando as fases de desenvolvimento do aluno (VENTORINI, 2009). Além disso, atividades que envolvem o som, por exemplo, o estudo da paisagem sonora, dos quais através de sons projetados em sala de aula o aluno pode aprender, o ensino pela música, por filmes. Estes recursos sonoros são recursos de utilização para o ensino de pessoas com necessidades visuais.

Em contrapartida, o ensino de Geografia para alunos surdos deve se valer de atividades lúdicas, dos quais os alunos são estimulados e motivados a aprender (FONSECA; TORRES, 2014). Neste ponto podem ser utilizadas várias ferramentas, tais quais: imagens, gravuras, jogos, maquetes, globos terrestres e mapas, oficinas de construção de materiais reciclados, entre outros. Tudo isto partindo de uma metodologia balizada no campo visual, para alfabetização geográfica (SILVA, 2016). As próprias representações como maquetes são lidas pelos alunos surdos e despertam a curiosidade de muitos alunos.

Todavia, os alunos com necessidades especiais no campo cognitivo e de aprendizagem precisam de atividades lúdicas que lhe permitam a criação, “a mão na massa”, a fim de estimular o aprendizado e a interação dos alunos, permitindo a sua participação, isto é, jogos, desenhos, trabalhos com argila, lápis de cera, isopor, entre outros. De forma geral as atividades lúdicas são estimulantes e empolgantes fazem o aluno participar e se interessar no

ato de aprender, ou seja, ele deixa de ser um coadjuvante, como Freire (1998) diz o aluno deixa de ser um sujeito receptor/passivo e passa a ser ativo. Sem dúvidas, é preciso respeitar os limites de aprendizagem, pois cada aluno terá uma forma e um tempo diferente para o aprendizado. Conforme Custódio e Régis (2016, p 266-267),

Por ser uma ciência diversa, nada mais enriquecedor para as aulas de Geografia do que possuir uma variedade de métodos e de recursos que podem e devem ser utilizados para atender às expectativas e às necessidades de todos os alunos. A utilização de materiais e métodos que priorizam o uso de mais de um sentido oferece aos alunos com deficiência acesso ao conteúdo, possibilitando aos que não possuem restrições possam vivenciar outras possibilidades e se integrem com a realidade dos colegas que possuem alguma limitação sensorial ou cognitiva.

Não somente os recursos didáticos serão importantes para inclusão social de alunos, mas também a revisão nos currículos escolares, nas infraestruturas e nas formas de avaliação dos educandos. Andrade (2016, p. 148) complementa que, “Ao pensarmos na inclusão de pessoas com deficiência nas escolas, é preciso rever as metodologias e as técnicas necessárias para que ocorra efetivamente a inclusão e os processos de aprendizagem”. O diálogo sobre novas metodologias no ensino de Geografia é fundamental para construir a inclusão escolar, pois as novas linguagens, maneiras, jeito de trabalhar podem amenizar as dificuldades encontradas pelos professores (RIBEIRO; MACHADO, 2016). Em síntese, o ingresso e a permanência dos alunos com necessidades na escola pública dependerão dos recursos didático-pedagógicos e de professores orientados para educar alunos, com e sem deficiência, juntos em suas salas de aula (COSTA, 2005).

As novas tecnologias, chamadas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC's), são ferramentas no processo de ensino, pois auxiliam no protagonismo dos alunos com diferentes habilidades e necessidades. “As TIC's são, como sempre foram e certamente serão, uma ferramenta, um utensílio que poderá ser usado a favor da Inclusão” (RODRIGUES, 2012, p.37). Elas permitem a aproximação do ensino com o aluno, criam formas diferentes de trabalhar os conceitos e assuntos em sala de aula, além de inspirar os educandos com necessidades a descobrir o saber geográfico. As TICs possibilitam a expansão do universo lúdico e informativo no ensino, oferecem jogos com sons, imagens e interação, mapas, ilustrações e designer gráfico que aproxima o aluno da realidade espacial e dos fenômenos cotidianos, que favorece ao aluno com necessidades especiais a sua percepção sobre o mundo. A tecnologia precisa ser pensada e articulada com as possibilidades dos alunos em sala de aula, não apenas imposta pelo aluno, como a posição do mesmo frente ao computador, mas com a orientação do professor na construção educativa e geográfica.

Dessa maneira, a formação de professores é uma questão importante que deve ser debatida pelo sistema educacional. Conforme Martins (2012, p.32), “A formação dos profissionais de ensino de maneira geral, não se esgota na fase inicial, por melhor que essa tenha se processado”. Ela “é um dos fatores imprescindíveis para que os profissionais de educação possam atuar, efetivamente, frente aos alunos [...], oferecendo-lhes condições de atendimento educacional que sejam adequadas às suas condições e necessidades e, não apenas, realizando a mera inserção física desses educandos no ambiente escolar” (MARTINS, 2012, p.33). Porém, Nóvoa (1995, p. 25) afirma que: “A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de refletividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal”. É um processo de construção e trocas permanentes e que merecem atenção a fim de garantir êxito educacional. A formação de professores na inclusão também perpassa do ensino com o uso de novas tecnologias que servem de mecanismo para atender todos os alunos.

Diante disso, a educação e a Geografia inclusiva não devem considerar a todos os alunos como iguais, já que cada ser humano é único e possui as suas limitações e formas de aprendizado. Para Martins (2002), uma postura inclusiva não é aquela que faz de conta que todos são iguais, mas é aquela que pressupõe que a partir das diferenças pode-se construir um universo mais rico de aprendizagem e de produção da vida socioeducacional. Assim, a inclusão de pessoas com necessidades especiais é um tema de fundamental importância e não deve ser tratado como um problema da escola, visto a necessidade de se adequar às leis educacionais (ROCHA, 2016). Contudo, a inclusão implica em ações concretas que permitam o acolhimento das diferenças e a eliminação das barreiras aos alunos com deficiência sensorial, intelectual ou física, ou socialmente.

A inclusão deve partir da escola, mas ela não é a única a dar conta desta temática, pois toda comunidade escolar faz parte do processo educativo e necessita se inserir neste diálogo. Conforme Silva (2016, p.301),

[...] a inclusão também representa respeito e aceitação à diversidade e às diferentes necessidades por parte de alunos que não possuem necessidades especiais, o que se torna de suma importância e imprescindível. O que é possível quando há respeito, e reconhecimento de que alunos com necessidades especiais não possuem apenas limitações, mas também potencialidades particulares.

Portanto, desenvolver uma educação inclusiva é um dever de todos, bem como é assegurado aos seres humanos partilhar de uma escola que abrigue várias formas de ensinar e

aprender. Há muitos dilemas e discussões sobre esta temática, mas certamente é importante e encontra-se em profunda ascensão nas universidades, escolas, órgãos públicos e outros.

A INCLUSÃO EDUCACIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Em tempos de pandemia, pensar sobre a inclusão social dos educandos também torna-se necessário, porque nem todos os alunos têm como acessar plataformas de ensino, por possuírem poucas condições econômicas. Dessa forma, para uma aprendizagem que abarque várias realidades é importante proporcionar diversos recursos aos alunos, como: atividades impressas, manuais, jogos interativos, aulas *online*, entre outras, a fim de valorizar o que o aluno consegue apreender e como ele poderá fazer este aprendizado distante do professor e na sua residência, isto é, sem o contato direto com o docente como acontece no ensino presencial.

Assim, as escolas têm buscado incluir os alunos, mesmo na forma remota de ensino estabelecido com a Pandemia do COVID-19, permitindo condições para todos os alunos, através de entregas domiciliares de atividades e de aulas *onlines* variadas. Aos educandos que não possuem internet e celular é fundamental pensar outras formas de ensino, como disponibilizar materiais didáticos e pedagógicos na escola ou junto às famílias. As escolas nesta pandemia estão também levando mensagens aos alunos, seja por meio das redes sociais, de vídeos compartilhados nos canais de comunicação escola-aluno, via sistema *drive-thru*², ou outro caminho, buscando *feedback*³ com o aluno. Tudo isto é uma tentativa de escola inclusiva digital e atenta a necessidade dos educandos. Os profissionais da educação merecem aplausos, pois mesmo em carências de recursos têm se dedicado a assumir um ensino limitado.

Ainda, a pandemia tem recriado a educação e reinventado as aulas, de um dia para o outro o professor e a escola assumiu outro papel e dilema, ensinar remotamente em meio à falta de recursos e profissionalização. Conforme Mendes (2020, p. 24):

É provável que haja dificuldades de adaptação ao modelo de ensino remoto das mais diversas ordens, já que as redes de ensino ainda não adotam o uso consistente de tecnologias e tanto os estudantes quanto os professores têm pouca familiaridade com as ferramentas de ensino a distância.

Outro ponto que merece atenção é o fato da inclusão de alunos especiais em tempos de aulas remotas, este público já necessita de apoio e atendimento especializado e com as aulas à distância fica limitada a inclusão. Em Mendes (2020) neste processo de inclusão de

² É uma palavra norte-americana ligada ao comércio de trocas entre pessoas de carro.

³ Retorno de uma pessoa para outra.

alunos especiais na prática de ensino remoto é imprescindível que os professores conversem constantemente com os educadores especiais e que o trabalho destes dois grupos de profissionais seja conjunto. Além disso, o professor poderá se utilizar de trabalhos manuais e práticos, onde o aluno junto com sua família constrói e aprende também no ensino remoto.

Na verdade, não existe uma fórmula mágica para inclusão em tempos adversos, mas a empatia, a reformulação das aulas, o comprometimento da sociedade escolar e a parceria entre instituições e profissionais pode ser um ponto positivo para romper com as barreiras físicas e criar uma igualdade virtual no ensino. Quem sabe com maior igualdade social poder-se no futuro, em outras épocas pandêmicas, vencer mais facilmente estas dificuldades de ensino remoto. Em Abreu (2020) é posto em discussão a importância de garantia do acesso a internet para todos. Este, sem dúvida, “É um passo gigantesco na direção da inclusão digital, não só por possibilitar atendimento específico e especializado, como também para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Vivemos em um mundo globalizado” (ABREU, 2020, p.164). E como tal, tanto a escola como a sociedade precisa estar conectada. Certamente após a pandemia a escola não será a mesma, e até mesmo aquelas que tinham resistência de aulas digitais terão que abrir mão do ensino tradicional e se voltar ao novo contemporâneo da educação mundial, ou seja, a era digital das escolas.

Dessa forma, a escola precisa ser inclusiva a todo o momento e em diversos sentidos, dando oportunidades aos alunos de aprenderem, socializando com o outro, com o meio e com a realidade de vida. A educação é uma corrente afetiva e, portanto, deve ser inclusiva, orientada para um bem maior que é o bem-estar do aluno, seja dentro ou fora da escola. E a Geografia como disciplina que retrata a realidade da relação sociedade e natureza tem o papel de criar mecanismos para se avançar na inclusão social escolar, valorizando e integrando saberes e indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva é uma realidade presente nas escolas brasileiras nos últimos anos, porém, faltam estudos e discussões sobre o ensino de maneira a efetivar de fato a inclusão. As escolas e professores estão se readaptando para tornar-se mais integradora e dinâmica. Sem dúvidas, é um caminho de muita construção e longo aprendizado. A educação inclusiva não se refere apenas inserir o aluno com necessidades especiais em sala de aula regular, mas dar condições para a aprendizagem e permanência deste. A inclusão atende a noção de recursos, projetos pedagógicos, atendimento escolar e convivência. É uma ação de toda comunidade escolar, não apenas do professor.

A Geografia neste discurso é uma disciplina pautada na relação sociedade e natureza, no encontro do outro e de si próprio, na abordagem das diferenças presentes no espaço social e geográfico. Neste ritmo, a Geografia se vale de muitos recursos desde representações, maquetes, jogos, músicas, gravuras, trabalho de campo, entre tantos outros. É um emaranhado de recursos metodológicos, que auxiliam a disciplina a se tornar mais inclusiva. No entanto, mesmo de posse de vários meios, somente quando o professor de Geografia está disposto e recebe formação adequada o mesmo consegue superar os desafios da educação inclusiva, promovendo o ensino-aprendizagem ao aluno com necessidades especiais.

A inclusão escolar está sempre permeando as relações, cabendo ao docente o papel de se reinventar e construir uma escola mais intensa de possibilidades. Vê-se este dilema da inclusão não apenas com quem tem necessidades especiais, mas para quem tem dificuldades financeiras, que é excluído pela falta de recursos, que não tem acesso ao meio digital. Neste tempo de pandemia, a inclusão social e virtual torna-se um ponto central na contínua aprendizagem, evitando rupturas e afastamentos de alunos. Este caminho tem-se visto muitas iniciativas escolares e familiares para manter o ensino a distância como uma forma educativa capaz de permitir a aprendizagem e a interação dos alunos com a escola, que agora não está no espaço físico, mas está nas pessoas, no ambiente digital, e é tão significativa quando a escola física, pois educação se constrói com interação e trocas, sejam elas quais forem.

Contudo, a educação deve promover a inclusão do saber compartilhado, do respeito ao outro, para isto, as ciências e as disciplinas escolares devem atuar em consonância, agindo como formadores de sujeitos empáticos e de uma educação equitativa, vislumbrando um mundo melhor, de mais tolerância.

REFERÊNCIAS

ABREU, B. de M. Inclusão e acessibilidade em tempos de pandemia. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v.13, n. 1, p. 155-165, 2020.

ALMEIDA, R. D.; PASSINI, E. Y. **O espaço geográfico: ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 2002.

ALVES, D. O. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

ANDRADE, S. Práticas pedagógicas para incluir alunos com deficiência nas aulas de geografia. p. 128-152. In: NOGUEIRA, R. E. (org.). **Geografia e inclusão escolar: teoria e práticas**. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2016.

CALLAI, H. C. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (org.). **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2009, p. 83-134.

CAMARGO, E. P. **Um estudo das concepções alternativas de repouso e movimento de pessoas cegas**. Bauru. 2000. 219p. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista.

CAMPBELL, S. I. **Múltiplas faces da Inclusão**. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2009.

CASTAMAN, A. S. Percursos e Discursos de Normalização na Educação Especial. **Revista Divisa**, v. 4, p. 23-30, 2006. Disponível em: <http://www.seifai.edu.br/artigos.php>. Acesso em: 25 ago. 2020.

CASTROGIOVANNI, A.C. E agora, como fica o ensino da geografia com a globalização? In: CASTROGIOVANNI, A.C. et al. (Orgs.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/AGB, 2001b. p. 81-83.

CUSTÓDIO, G. A.; RÉGIS, T. de C. Recursos didáticos no processo de inclusão educacional nas aulas de Geografia. p. 258-279. In: NOGUEIRA, R. E. (org.). **Geografia e inclusão social: teoria e práticas**. Florianópolis, Edições Bosque/UFSC, 2016.

DUBOC, M. J. O. Políticas de inclusão de alunos com deficiência e avaliação de desempenho: pontos e contrapontos. p. 479-488. In: MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (org.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

FIGUEIREDO, R. V. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade In ROSA de E. G. e SOUZA V. C. (org.) **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KAERCHER, N. A. **A geografia escolar na prática docente: a utopia e os obstáculos epistemológicos da Geografia Crítica**. Tese de Doutorado - São Paulo: USP, 2002.

KAERCHER, N. A. Ler e escrever a geografia para dizer a sua palavra e construir o seu espaço. In: NEVES, I. C. B. et al. **Ler e escrever: compromisso de todas as áreas**. 6. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p.73-85.

LIPPE, E. M. O. **O ensino de ciências e deficiência visual: uma investigação das percepções das professoras de ciências e da sala de recursos com relação à inclusão**. 2010. 109 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **O direito à diferença, na igualdade de direitos**. MEC/SECADI, 2010.

MARTINS, A. F. As artes visuais e a educação inclusiva. In: **Arte sem barreiras: educação, arte e inclusão**. Caderno de Textos: Funarte, 2002.

MARTINS, L. de A. R. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. p. 25-38. In: MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (org.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

MENDES, J. de C. Geografia e educação inclusiva: (re) pensar o fazer pedagógico na sala de aula. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2014, Vitória-ES. **Anais...** Vitória-ES, 10 a 16 de ago. de 2014.

MENDES, R. **Protocolos sobre educação inclusiva durante a pandemia da COVID-19: Um sobrevoo por 23 países e organismos internacionais**. Instituto Rodrigo Mendes, 2020.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In. NÓVOA, A. (org.). **Os professores e a sua formação**. 2. ed. Portugal: Publicações Dom Quixote, 1995.

PICOLLO, G. M.; MENDES, E. G. Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência. Educação e Sociedade: **Revista de Ciências da Educação**, Campinas, v.34, n.123, p.459-475, abr./jun. 2013.

PINHEIRO, A. C. Inclusões Sociais no Currículo da Geografia: apontamentos sobre a produção acadêmica de 1967 a 2006. In: TONINI, Ivaine Maria. et al. (Org.). **O ensino de Geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: Ufrgs, 2011, p.191-202.

REBOCHO, M.; SARAGOÇA, M. J.; CANDEIAS, A. A. Fundamentos para a educação inclusiva em Portugal. In: CANDEIAS, Adelinda Araújo (Org.). **Educação Inclusiva: Concepções e Práticas**. Évora: CIEP, 2009, p. 39-49.

RIBEIRO, R. S.; MACHADO, S. M. M. A geografia da inclusão ou a inclusão na geografia. p.153-175. In: NOGUEIRA, R. E. (org.). **Geografia e inclusão escolar: teoria e práticas**. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2016.

ROCHA, K. C. inclusão é possível: relatos de uma caminhada interdisciplinar. p. 176-202. NOGUEIRA, R. E. (org.). **Geografia e inclusão escolar: teoria e práticas**. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2016.

RODRIGUES, D. As tecnologias de informação e comunicação em tempos de educação inclusiva. p. 25-40. GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S. (Org.). **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura acadêmica, 2012.

SANTOS, J. R. dos; NUNES, F. G. O aluno surdo na aula de Geografia: alguns elementos para a reflexão sobre inclusão. p. 101-128. In: NUNES, F. G. (org.). **Ensino de Geografia: novos olhares e práticas**. Dourados – MS: UFGD, 2011.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1985.

VESENTINI, J. W. **Geografia e textos críticos**. 3 ed. Campinas: Papyrus, 1994.

Artigo recebido em: 18 de março de 2021.

Artigo aceito em: 07 de junho de 2021.

Artigo publicado em: 02 de agosto de 2021.